



Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Concurso Público 2014

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior – Técnico Especializado

SERVIÇO SOCIAL

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber as folhas de respostas da prova objetiva, você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar nas folhas de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridas **duas horas** do início da prova, você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **08/04/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/dpge/rj.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **09/04/2014** até as 23h59min do dia **10/04/2014**, observado o horário oficial, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/dpge/rj, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

LÍNGUA PORTUGUESA

XÓPIS

Não foram os americanos que inventaram o *shopping center*. Seus antecedentes diretos são as galerias de comércio de Leeds, na Inglaterra, e as passagens de Paris pelas quais flanava, encantado, o Walter Benjamin. Ou, se você quiser ir mais longe, os bazares do Oriente. Mas foram os americanos que aperfeiçoaram a ideia de cidades fechadas e controladas, à prova de poluição, pedintes, automóveis, variações climáticas e todos os outros inconvenientes da rua. Cidades só de calçadas, onde nunca chove, neva ou venta, dedicadas exclusivamente às compras e ao lazer – enfim, pequenos (ou enormes) templos de consumo e conforto. Os xópis são civilizações à parte, cuja existência e o sucesso dependem, acima de tudo, de não serem invadidas pelos males da rua.

Dentro dos xópis você pode lamentar a padronização de lojas e grifes, que são as mesmas em todos, e a sensação de estar num ambiente artificial, longe do mundo real, mas não pode deixar de reconhecer que, se a americanização do planeta teve seu lado bom, foi a criação desses bazares modernos, estes centros de conveniência com que o Primeiro Mundo – ou pelo menos uma ilusão de Primeiro Mundo – se espria pelo mundo todo. Os xópis não são exclusivos, qualquer um pode entrar num xópi nem que seja só para fugir do calor ou flunar entre as suas vitrines, mas a apreensão causada por essas manifestações de massa nas suas calçadas protegidas, os rolezinhos, soa como privilégio ameaçado. De um jeito ou de outro, a invasão planejada de xópis tem algo de dessacralização. É a rua se infiltrando no falso Primeiro Mundo. A perigosa rua, que vai acabar estragando a ilusão.

As invasões podem ser passageiras ou podem descambar para violência e saques. Você pode considerar que elas são contra tudo que os templos de consumo representam ou pode vê-las como o ataque de outra civilização à parte, a da irmandade da internet, à civilização dos xópis. No caso seria o choque de duas potências parecidas, na medida em que as duas pertencem a um primeiro mundo de mentira que não tem muito a ver com a nossa realidade. O difícil seria escolher para qual das duas torcer. Eu ficaria com a mentira dos xópis.

(Veríssimo, *O Globo*, 26-01-2014.)

QUESTÃO 1

Não foram os americanos que inventaram o *shopping center*. Essa frase inicial do texto

- (A) mostra uma preocupação com a origem do termo *shopping center*.
- (B) recebe um desmentido na progressão textual.
- (C) tem explicação nas frases seguintes.
- (D) anuncia o tema central do texto.
- (E) antecipa algo cuja discussão será feita no último parágrafo.

QUESTÃO 2

“Não foram os americanos que inventaram o *shopping center*”. A forma de reescrever-se essa frase do texto que corresponde à estrutura significativa da frase original é:

- (A) Os americanos não foram os que inventaram o *shopping center*.
- (B) Os americanos não foram os inventores do *shopping center*.
- (C) O *shopping center* não tinha sido inventado pelos americanos.
- (D) Não foram os americanos quem inventaram o *shopping center*.
- (E) O *shopping center*, quem o inventou não foram os americanos.

QUESTÃO 3

“Seus antecedentes diretos são as galerias de comércio de Leeds, na Inglaterra, e as passagens de Paris pelas quais flanava, encantado, o Walter Benjamin. Ou, se você quiser ir mais longe, os bazares do Oriente”.

Esse segmento do primeiro parágrafo mostra que o autor do texto

- (A) pretende dar uma informação precisa aos leitores.
- (B) tenta mostrar, em sequência cronológica, os antecedentes do *shopping*.
- (C) valoriza os *shoppings*, ao relacioná-los a intelectuais de peso.
- (D) situa a criação do *shopping* na Europa e na Ásia, simultaneamente.
- (E) procura falar, de forma pouco científica, sobre a origem do *shopping*.

QUESTÃO 4

“Seus antecedentes diretos são as galerias de comércio de Leeds, (1) na Inglaterra, e as passagens de Paris pelas quais flanava, (2) encantado, o Walter Benjamin. Ou, (3) se você quiser ir mais longe, os bazares do Oriente”.

Nesse segmento do texto há três ocorrências de uso da vírgula devidamente numeradas; a afirmativa correta sobre o seu emprego é

- (A) as ocorrências se justificam por três razões diferentes.
- (B) as duas primeiras ocorrências se justificam pelo mesmo motivo.
- (C) as três ocorrências se justificam pela mesma regra de pontuação.
- (D) as ocorrências (1) e (3) se justificam pelo mesmo princípio.
- (E) as ocorrências (2) e (3) se justificam pelo mesmo motivo.

QUESTÃO 5

“se você quiser ir mais longe”; a única forma dessa frase que NÃO apresenta um equivalente semântico corretamente expresso é

- (A) caso você queira ir mais longe.
- (B) na hipótese de você querer ir mais longe.
- (C) no caso de você querer ir mais longe.
- (D) desde que você queira ir mais longe.
- (E) conquanto você queira ir mais longe.

QUESTÃO 6

Na frase “se você quiser ir mais longe”, a forma verbal empregada tem sua forma corretamente conjugada. A frase abaixo em que a forma verbal está ERRADA é

- (A) se você se opuser a esse desejo.
- (B) se você requerer este documento.
- (C) se você ver esse quadro.
- (D) se você provier da China.
- (E) se você se entretiver com o jogo.

QUESTÃO 7

A frase abaixo em que a palavra sublinhada apresenta dupla possibilidade de sentido é

- (A) “...e as passagens de Paris pelas quais flanava...”
 (B) “se você quiser ir mais longe...”
 (C) “foram os americanos que aperfeiçoaram a ideia de idades fechadas”.
 (D) “Cidades só de calçadas...”
 (E) “dedicadas às compras e ao lazer”.

QUESTÃO 8

A forma “xópi” representa

- (A) a forma gráfica autorizada equivalente a *shopping*.
 (B) a tradução literal do inglês *shopping*.
 (C) uma tentativa de grafar a pronúncia de *shopping*.
 (D) uma pronúncia popular do inglês *shopping*.
 (E) uma adaptação culta do inglês *shopping*.

QUESTÃO 9

Ao dizer que os *shoppings* são “*idades*”, o autor do texto faz uso de um tipo de linguagem figurada denominada

- (A) metonímia.
 (B) eufemismo.
 (C) hipérbole.
 (D) metáfora.
 (E) catacrese.

QUESTÃO 10

Ao dizer que os *shoppings* são *idades* “*só de calçadas*”, o autor do texto quer expressar a ideia de que nos *shoppings*

- (A) só há tráfego de veículos leves.
 (B) os espaços entre as lojas são bastante amplos.
 (C) o público pode andar em todos os espaços.
 (D) os caminhos são sempre muito bem cuidados.
 (E) todos os cidadãos podem entrar.

QUESTÃO 11

Há, no texto, três ocorrências do acento grave indicativo da crase

- I. “...dedicadas exclusivamente às compras e ao lazer”
 II. “Os xópis são civilizações à parte...”
 III. “...pode vê-las como ataque (...) à civilização dos xópis”.

As ocorrências em que o acento grave da crase é resultante da junção de uma preposição solicitada por um termo anterior + artigo definido são:

- (A) I-II-III.
 (B) apenas I-II.
 (C) apenas I-III.
 (D) apenas II-III.
 (E) apenas II.

QUESTÃO 12

No texto aparece a expressão “*primeiro mundo*” grafada de duas maneiras distintas: “...ou pelo menos uma ilusão de Primeiro Mundo” e “... as duas pertencem a um primeiro mundo de mentira...”.

Isso se explica pelo fato de

- (A) ter havido um erro na segunda grafia.
 (B) indicar uma possibilidade de dupla grafia, com o mesmo sentido.
 (C) criticar a desigualdade social com a primeira grafia.
 (D) ironizar a nossa realidade com a segunda grafia.
 (E) mostrar uma diferença de valor entre as realidades representadas.

QUESTÃO 13

O autor do texto prepara informações pertinentes para que chegue a tratar dos “*rolezinhos*”; a informação que antecipa uma posição contrária a esse tipo de ocorrência é

- (A) “...qualquer um pode entrar num xópi”
 (B) “...dependem, acima de tudo, de não serem invadidas pelos males da rua”.
 (C) “...idades fechadas, à prova de (...) inconvenientes da rua”.
 (D) Não foram os americanos que inventaram o *shopping center*.
 (E) “Dentro dos xópis você pode lamentar a padronização...”

QUESTÃO 14

Segundo o autor do texto, os “*rolezinhos*” são movimentos que

- (A) impedem que o Primeiro Mundo chegue até nós.
 (B) demonstram o elitismo desses templos do consumo.
 (C) indicam que os privilégios não são mais aceitos.
 (D) perturbam nossa ilusão de falso Primeiro Mundo.
 (E) mostram a força dos movimentos sociais pela internet.

QUESTÃO 15

“*O difícil seria escolher para qual das duas torcer*”; com essa frase, o autor do texto mostra que

- (A) há valores importantes nas duas “potências”.
 (B) não reconhece valor em nenhuma das forças.
 (C) não gostaria de tomar partido.
 (D) admite que as duas facções são igualmente fortes.
 (E) constata que são forças radicalmente opostas.

QUESTÃO 16

O texto de Veríssimo pode ser definido mais adequadamente como

- (A) uma análise sociológica de um movimento contemporâneo.
 (B) uma apreciação filosófica sobre aspectos da vida moderna.
 (C) um comentário bem humorado sobre um fato social.
 (D) uma crítica ao elitismo e consumismo de nossa sociedade.
 (E) um alerta contra o agravamento de tensões sociais.

QUESTÃO 17

A alternativa em que o conectivo destacado tem seu valor semântico corretamente indicado é

- (A) “...qualquer um pode entrar num xópi nem que seja só para fugir do calor...” / condição.
 (B) “...para fugir do calor ou flanar entre as suas vitrines...” / comparação.
 (C) “...ou podem descambar para violência e saques...” / finalidade.
 (D) “...seria o choque entre duas potências parecidas, na medida em que as duas pertencem a um primeiro mundo...” / proporcionalidade.
 (E) “Eu ficaria com a mentira dos xópis”. / companhia.

QUESTÃO 18

Observe a charge a seguir.



Segundo a charge, o espaço do *shopping* deveria ser reservado:

- (A) aos cidadãos de bem.
- (B) a pessoas mais velhas.
- (C) à elite econômica.
- (D) a pessoas de boa aparência.
- (E) a pessoas brancas.

QUESTÃO 19

Entre as variedades linguísticas há uma que se pode denominar de jargão profissional, na medida em que revela a atividade de quem a utiliza. Nesse caso, o que mostra o jargão do policial é

- (A) o emprego dos verbos no imperativo.
- (B) a utilização do vocábulo “procedimento”.
- (C) o uso de formas de polidez, como “por favor”.
- (D) a objetividade das frases, sem maiores explicações.
- (E) a ilegalidade da cobrança aos jovens.

QUESTÃO 20

O texto de Veríssimo fala dos “inconvenientes das ruas”, que prejudicariam o *shopping*. No caso da charge, esse inconveniente seria hipoteticamente

- (A) a grande presença de pessoas que nada compram.
- (B) a possibilidade de atitudes que perturbassem a tranquilidade.
- (C) a grande afluência de jovens.
- (D) o risco de saques às lojas.
- (E) a poluição sonora e visual.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**QUESTÃO 21**

Em 2015 a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro terá um novo chefe. De acordo com a Lei Complementar nº 80/94, o Defensor Público Geral

- (A) deverá ter mais de 35 anos de idade e mais de 5 anos na carreira.
- (B) terá mandato de 4 anos, coincidente com o mandato do Governador do Estado.
- (C) será nomeado pelo Governador escolhido em lista tríplice para mandato de 2 anos, não sendo permitida sua recondução.
- (D) deverá ter mais de 35 anos de idade e ser estável na carreira, não podendo pertencer à classe inicial da carreira.
- (E) deverá ter mais de 35 anos de idade, ser estável na carreira, escolhido em lista tríplice formada pelo voto dos membros da Defensoria Pública.

QUESTÃO 22

Tício, servidor público estatutário do Rio de Janeiro, faleceu deixando como dependentes sua genitora Iolanda, seu filho Matheus de 6 anos e sua esposa Maria.

De acordo com a Lei Estadual nº 5260/08, a divisão da pensão por morte se dará da seguinte forma:

- (A) 50% para Maria, 25% para Matheus e 25% para Iolanda.
- (B) 50% para Matheus, 25% para Iolanda e 25% para Maria.
- (C) 50% para Maria e 50% para Matheus.
- (D) 33,3% para Maria, 33,3% para Matheus e 33,3% para Iolanda.
- (E) 50% para Iolanda e 50% para Maria.

QUESTÃO 23

Com base na Lei Complementar nº 06/77, compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Rio de Janeiro

- (A) indicar ao Governador os 6 nomes dos membros da classe mais elevada da carreira para que dentre esses seja nomeado o Subdefensor Público Geral.
- (B) apresentar ao Defensor Público Geral, em janeiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.
- (C) indicar ao Governador os 6 nomes dos membros da classe mais elevada da carreira para que dentre esses seja nomeado o Corregedor Geral.
- (D) decidir acerca da destituição do Corregedor Geral pelo voto de 2/3 de seus membros.
- (E) decidir, em grau de recurso, os processos disciplinares dos membros da Defensoria Pública.

QUESTÃO 24

Preocupado com o expressivo número de ações propostas para compelir a internação em hospitais públicos, o Conselho Superior da Defensoria Pública alterou as atribuições do órgão de atuação de Henrique, Defensor Público Titular, para que ele não pudesse mais ingressar com as referidas ações. Dessa forma há flagrante violação à garantia da

- (A) estabilidade.
- (B) inamovibilidade.
- (C) indivisibilidade.
- (D) unidade.
- (E) autonomia administrativa.

QUESTÃO 25

Pedro foi atendido pelo Defensor Público André, que entendeu não ser Pedro um hipossuficiente econômico. O Defensor Público deverá

- (A) encaminhar Pedro para seu Defensor Público Tabelar.
- (B) dar ciência ao Corregedor Geral e encaminhar Pedro para um Advogado.
- (C) dar ciência ao Defensor Público Geral, que decidirá a controvérsia, indicando, se for o caso, outro Defensor Público para atuar.
- (D) encaminhar Pedro para a Corregedoria, que decidirá se o Defensor Público deve ou não atendê-lo.
- (E) encaminhar Pedro para a Ouvidoria Geral.

QUESTÃO 26

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 80/94 e na Lei Complementar nº 06/77, o Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Rio de Janeiro será escolhido pelo

- (A) Conselho Superior da Defensoria Pública, dentre quaisquer cidadãos de reputação ilibada indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil.
- (B) Defensor Público Geral, dentre cidadãos de reputação ilibada indicados em lista tríplice formada pelo Corregedor Geral.
- (C) Defensor Público Geral, dentre cidadãos de reputação ilibada indicados em lista tríplice formada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (D) Governador do Estado, dentre cidadãos de conduta ilibada indicados em lista tríplice formada pelo Defensor Público Geral.
- (E) Conselho Superior da Defensoria Pública, dentre cidadãos de reputação ilibada, não integrantes da carreira, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil.

QUESTÃO 27

O ingresso na carreira da Defensoria Pública do Rio de Janeiro far-se-á no cargo de Defensor Público Substituto mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. O candidato aprovado no concurso, respeitada a ordem de classificação e o número de vagas existentes, será

- (A) nomeado pelo Governador.
- (B) nomeado pelo Defensor Público Geral.
- (C) nomeado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (D) empossado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (E) empossado pelo Governador após nomeação pela banca de concurso.

QUESTÃO 28

Para ser considerado hipossuficiente econômico nos termos da Lei 1060/50, deverá a parte

- (A) comprovar na petição inicial que percebe salário igual ou menor que o dobro do mínimo legal.
- (B) afirmar na petição inicial que não possui vínculo empregatício formal, de qualquer natureza.
- (C) comprovar na petição inicial que é isento do imposto de renda.
- (D) afirmar na petição inicial que não tem condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.
- (E) afirmar na petição inicial que não possui renda, imóvel ou aplicação financeira em nome próprio ou de familiares.

QUESTÃO 29

Durante apuração sumária por meio de sindicância, de ato cometido por Francisco, foi evidenciada falta punível com pena superior à de suspensão por mais de 30 dias. Nesse caso

- (A) o responsável pela apuração deve comunicar o fato ao superior imediato, que solicitará a instauração de processo administrativo disciplinar.
- (B) a autoridade que houver promovido a sindicância, configurada a irregularidade, aplicará de imediato a pena disciplinar cabível.
- (C) a instauração de sindicância impede a adoção imediata das medidas acatelasórias.
- (D) a apuração sumária por meio de sindicância deve seguir o rito determinado para o processo administrativo disciplinar.
- (E) não será necessária a instauração de processo administrativo disciplinar, tendo em vista que o mesmo é exigido para penas mais graves.

QUESTÃO 30

A Defensoria Pública ingressou com ação em face do Município do Rio de Janeiro para garantir o acesso do assistido a medicamentos. Em sendo vitorioso, o Defensor Público, no tocante às verbas de sucumbência, deverá

- (A) abster-se de executá-las, tendo em vista que a Defensoria Pública ocupa posição equivalente à de secretaria de Estado.
- (B) abster-se de executá-las, tendo em vista que é vedado ao Defensor Público receber verbas de sucumbência em razão de suas atribuições.
- (C) executá-las, tendo em vista que as verbas de sucumbência são devidas por quaisquer entes públicos.
- (D) executá-las, quando for comprovada a omissão dolosa por parte do Município.
- (E) abster-se de executá-las, tendo em vista a ocorrência do instituto da confusão, por se tratar de entes públicos.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 31

De acordo com a Constituição da República, são órgãos do Poder Judiciário, dentre outros,

- (A) os Juízos, as Promotorias de Justiça e a Defensoria Pública.
- (B) os Tribunais, o Ministério Público e as Procuradorias Municipais, Estaduais e Federais.
- (C) o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas da União.
- (D) o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais e Juízos do Trabalho.
- (E) os Tribunais e a Defensoria Pública (da União e dos Estados).

QUESTÃO 32

O remédio constitucional previsto na Constituição da República para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, chama-se

- (A) mandado de segurança.
- (B) mandado de injunção.
- (C) *habeas corpus*.
- (D) *habeas data*.
- (E) ação popular.

QUESTÃO 33

Processo legislativo é o conjunto de regras procedimentais previstas na Constituição, tendentes a regulamentar a elaboração das espécies normativas. Nesse contexto, destaca-se a

- (A) emenda à Constituição, cuja proposta é discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (B) medida provisória, que é adotada pelo Presidente da República, em caso de oportunidade e conveniência, com força de lei, tendo o Congresso Nacional prazo máximo de 180 dias para convertê-la em lei ou rejeitá-la.
- (C) lei ordinária, sendo que o projeto de lei aprovado por maioria absoluta em uma Casa é revisto pela outra, em dois turnos de discussão e votação, e enviado à sanção.
- (D) lei complementar, a qual tem objetivo de complementar leis anteriores em matéria processual, dispendo sobre procedimentos administrativos ou judiciais.
- (E) lei delegada, que é adotada pelo Presidente da República, o qual delega para o Congresso Nacional competência para elaboração de lei cuja iniciativa originária era do Poder Executivo.

QUESTÃO 34

Direitos políticos são instrumentos previstos na Constituição, através dos quais se manifesta a soberania popular, viabilizando a participação do cidadão na coisa pública. Como exemplo desses direitos políticos, a Constituição assegura

- (A) o voto indireto e secreto, com valor igual para todos.
- (B) o sufrágio universal e o voto direto, obrigatório para os maiores de dezoito anos e menores de sessenta anos.
- (C) o voto facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta anos, bem como pessoas maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (D) a ação popular, que consiste em um processo iniciado por, no mínimo, 1% do população nacional, para destituir administradores ímprobos.
- (E) o plebiscito ou o referendo, nos quais o cidadão decide diretamente qual será o rumo legislativo sobre matéria de relevância nacional, sem qualquer participação do Poder Legislativo durante o processo legislativo.

QUESTÃO 35

Luiz deseja submeter-se a concurso público para ingressar no serviço público estadual. Em matéria de disposições gerais da Administração Pública, a Constituição da República prevê que

- (A) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
- (B) o exercício de função pública sem prévio concurso público é possível, como nas hipóteses de nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (C) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável.
- (D) as funções de confiança destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo tais cargos declarados em lei de livre nomeação e exoneração, podendo recair sobre pessoa não concursada.
- (E) os casos de contratação excepcional de pessoal sem concurso público por tempo determinado ocorrem para atender à necessidade da Administração Pública quando não houver concurso público em andamento.

QUESTÃO 36

Tendo em vista as diversas competências, responsabilidades e atividades incumbidas ao poder público, a Administração Pública pode atuar de forma centralizada (quando executa suas tarefas diretamente) ou descentralizada (quando o faz delegando a terceiros, na forma da lei). Nesse contexto, fazem parte da Administração Indireta, dentre outros,

- (A) os órgãos dos Ministérios (em nível federal, que dão suporte à Presidência da República), das Secretarias Estaduais (em âmbito estadual, dando apoio ao Governador) e das Secretarias Municipais (na esfera municipal, assessorando os Prefeitos).
- (B) as autarquias públicas, empresas públicas e fundações privadas que prestam serviços públicos.
- (C) as empresas privadas contratadas, após regular procedimento licitatório, para prestar serviços públicos essenciais.
- (D) as concessionárias que prestam serviços públicos.
- (E) as fundações públicas, sociedades de economia mista e autarquias.

QUESTÃO 37

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, são elementos ou requisitos do ato administrativo

- (A) agente, conteúdo, forma, prazo e objetivo.
- (B) agente, motivação, conteúdo, prazo e finalidade.
- (C) competência, objeto, forma, motivo e finalidade.
- (D) competência, objetivo, publicação, forma e motivação.
- (E) parte, objeto, forma, fundamentação e publicação.

QUESTÃO 38

Pedro, servidor público estadual do Poder Executivo, foi injustamente demitido por falta grave, após processo administrativo disciplinar, sendo acusado de receber propina. Pedro buscou assistência jurídica na Defensoria Pública e, após longo processo judicial, que durou quatro anos, o Poder Judiciário reconheceu que Pedro não praticara o ato que lhe fora imputado, determinando seu retorno ao serviço, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens, bem como reconhecimento dos direitos ligados ao cargo. O nome dado à forma de provimento de cargo determinada na decisão judicial é

- (A) nomeação.
- (B) retorno.
- (C) aproveitamento.
- (D) reintegração.
- (E) readaptação.

QUESTÃO 39

As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei. De acordo com o valor e a natureza do serviço ou bem a ser contratado, o legislador estabeleceu determinada modalidade de licitação, com seu respectivo procedimento. Nesse contexto, são modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93:

- (A) concessão, permissão, autorização, convite e leilão.
- (B) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- (C) concessão, tomada de preços, convite, pregão e alienação.
- (D) concorrência, tomada de preços, convite, locação e maior lance.
- (E) pregão, carta convite, dispensa, inexigibilidade e habilitação.

QUESTÃO 40

O tratamento constitucional dado em matéria de responsabilidade civil do Estado é no sentido de que

- (A) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo prescindível a demonstração do dolo ou culpa.
- (B) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo imprescindível a demonstração do dolo ou culpa.
- (C) apenas as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo imprescindível a demonstração do dolo ou culpa.
- (D) apenas as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, havendo o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa.
- (E) apenas as pessoas jurídicas da administração direta e indireta responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, havendo o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 41**

Uma menina de 2 anos, abrigada pelo Conselho Tutelar em razão de denúncia de negligência praticada pela mãe disponibilizada para adoção por decisão judicial e entregue pela guarda provisória a um casal inscrito no Cadastro Nacional de Adotantes. Ocorre que no curso de processo de adoção, que já dura 6 meses e que corre concomitante à destituição do Poder Familiar, a avó materna, que até então desconhecia o paradeiro da neta, recorre à Defensoria Pública pedindo sua guarda e o consequente indeferimento da adoção. Alega que sua filha, mãe da referida criança, sofre de problemas mentais, razão pela qual, apesar de ser muito pobre, era ela quem cuidava da neta, com todo zelo e carinho, desde que nasceu até o dia em que foi levada pela mãe para local desconhecido. Acrescenta que registrou na Delegacia Policial o desaparecimento de ambas, além de tê-las procurado em hospitais e nas ruas durante todo esse período.

Realizado o Estudo Social, no qual fica constatada a veracidade das informações prestadas pela avó da criança, a linha de argumentação que norteará o parecer da assistente social da Defensoria Pública deverá estar fundamentada na seguinte afirmação:

- (A) o princípio da primazia do interesse da criança que orienta o ECA, nesse caso, deve privilegiar a colocação desta criança em família substituta, já que a proximidade da mãe sempre representará risco ao seu desenvolvimento psicoemocional, o que certamente ocorrerá caso a avó fique com a sua guarda.
- (B) a criança em questão, pelo tempo em que se encontra sob a guarda judicial do casal de adotantes, já estabeleceu com eles vínculos sociais e afetivos, motivo suficiente para o deferimento da adoção.
- (C) a manutenção ou reintegração de crianças e adolescentes na família de origem, tem prevalência sobre qualquer outra medida de proteção, salvo quando há razões intransponíveis que a desautorizem, e a pobreza não é uma delas. O deferimento da adoção, neste caso, configura violação da norma.
- (D) o ECA determina que a colocação de crianças e adolescentes em família substituta é medida excepcional, somente considerada depois de esgotadas as possibilidades de sua manutenção na família de origem. Entretanto, estando o processo de adoção em curso, sua interrupção é prejudicial ao bem-estar da criança e configura violação do direito dos adotantes.
- (E) a banalização da destituição do poder familiar é um traço característico da intervenção do Estado nas famílias pobres e é uma das consequências da desigualdade social. Por essa razão, o pedido de adoção deve ser indeferido e a guarda da criança devolvida à avó.

QUESTÃO 42

Um dos grandes problemas enfrentados pela sociedade brasileira são as barreiras interpostas ao pleno exercício dos direitos de cidadania, particularmente pelos grupos mais pobres da população. A concepção moderna de cidadania prevê a garantia e o usufruto pleno dos direitos

- (A) sociais, humanos e políticos.
- (B) civis, políticos e humanos.
- (C) jurídicos, da pessoa e sociais.
- (D) civis, políticos e sociais.
- (E) jurídicos, políticos e da pessoa.

QUESTÃO 43

A lei de regulamentação da profissão de assistente social (8662/93) estabelece as competências, as atribuições e os órgãos de fiscalização da profissão. De acordo com essa lei, é uma atribuição privativa do assistente social

- (A) elaborar relatórios sociais e intervir nas questões de violência doméstica e intrafamiliar.
- (B) encaminhar providências, bem como prestar orientação social a indivíduos, a grupos e à população.
- (C) dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas.
- (D) realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais.
- (E) orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais a identificar, bem como utilizar os recursos a que têm direito.

QUESTÃO 44

Assistentes sociais e psicólogos, integrantes de uma equipe multiprofissional de determinada instituição pública, foram surpreendidos com uma nova resolução da chefia, segundo a qual os relatórios e pareceres resultantes do atendimento aos usuários, o qual é realizado por um psicólogo e por um assistente social em entrevistas separadas, doravante deverão ser elaborados em conjunto e expressos num único documento assinado por ambos. O objetivo, segundo a resolução, é o de aprofundar o trabalho interdisciplinar e assegurar maior eficiência e agilidade no atendimento às demandas dos usuários.

A despeito do fato de que normalmente mudanças na rotina de trabalho ensejam questionamentos, essa nova determinação

- (A) fere a Resolução 557/2009 do CEFESS que, entre seus considerandos, afirma que as competências e atribuições privativas do assistente social impedem que outro profissional subscreva seu entendimento técnico em matéria de Serviço Social, mesmo considerando a atuação destes em equipe multiprofissional.
- (B) está respaldada no princípio da hierarquia que orienta a Administração Pública e que confere às chefias a prerrogativa inalienável de determinar as normas, procedimentos, rotinas e atribuições, administrativas e técnicas, que regulam as atividades e funções de seus subordinados.
- (C) viola o princípio da autonomia profissional assegurado na Lei 8662/93, que regulamenta o exercício profissional do assistente social, o qual abrange a prerrogativa de definir as normas, rotinas e procedimentos administrativos ordenadores do cotidiano da prática profissional dentro de qualquer instituição.
- (D) justifica-se plenamente porque privilegia a celeridade e a eficiência do atendimento institucional aos usuários, missão precípua da organização, à qual questões de natureza corporativa, mesmo amparados em lei, devem estar subordinados.
- (E) justifica-se plenamente porque valoriza o trabalho interdisciplinar, fundado na moderna visão de totalidade que busca superar a tradicional fragmentação do conhecimento, e que, em perspectiva, implica a produção de um saber superior sobre o real.

QUESTÃO 45

De acordo com o Código de Ética Profissional, são deveres do assistente social nas suas relações com os/as usuários/as

- (A) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais por meio de intervenções qualitativas, neutras e desburocratizadas.
- (B) informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a ela referente, de acordo com as normas éticas da instituição.
- (C) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as e sua autonomia frente à submissão a testes de meios e comprovação de necessidade.
- (D) garantir a plena informação e a discussão sobre as possibilidades e as consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, ainda que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais.
- (E) fornecer à população usuária, quando solicitadas, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional e as normas institucionais.

QUESTÃO 46

Segundo o que preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), constitui um dos princípios que regem a assistência social

- (A) supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica de acordo com a capacidade de investimento de cada esfera de governo.
- (B) universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas e filantrópicas.
- (C) divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.
- (D) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência aos cidadãos de todas as faixas etárias.
- (E) respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, a partir da comprovação de necessidade e mérito individuais.

QUESTÃO 47

A crítica à centralização que marca o Estado brasileiro ao longo da sua história e a crença de que o modelo descentralizado produziria impactos mais efetivos das políticas públicas remodelaram o pacto federativo no país. No que diz respeito às políticas sociais, as relações intergovernamentais em vigor

- (A) enfatizaram a gestão local dos serviços sociais e a responsabilização do ente municipal pela oferta desses serviços.
- (B) retiraram da União a capacidade de investimento em face da descentralização financeira e fiscal.
- (C) reforçaram o poder do nível estadual de governo e a refilantropização da questão social.
- (D) permitiram maior autonomia na implementação das políticas sociais, transferindo ao poder local a função de regulação.
- (E) contribuíram para a aprovação da lei de responsabilidade fiscal, visando incrementar o gasto social dos governos.

QUESTÃO 48

Pode-se apontar como um obstáculo à consolidação da democracia no Brasil

- (A) a cultura política clientelista e corporativista.
- (B) a independência do poder judiciário.
- (C) a infiltração de grupos violentos na sociedade civil.
- (D) a ausência de espaços de representação política.
- (E) a existência de partidos políticos fortes.

QUESTÃO 49

A mãe de um adolescente usuário de drogas ilícitas procura o Serviço Social da Defensoria Pública em busca de orientação sobre os serviços públicos disponíveis para tratamento do filho. Diz ainda que já não consegue mais exercer autoridade sobre ele.

Diante dessa problemática recorrente no cotidiano do exercício profissional do assistente social, a opção mais efetiva envolve

- (A) o tratamento, aliado à reinserção social do dependente, com a participação da família no processo.
- (B) a superação da visão moralista e proibicionista, demandando a abstinência do dependente para a inserção nos programas de tratamento.
- (C) a internação compulsória do dependente de drogas como alternativa para retirar o adolescente do espaço de uso e com isso alcançar a cura da dependência química.
- (D) a identificação das motivações subjetivas que levam à dependência, enfatizando a mudança de comportamento e a restrição ao convívio social.
- (E) a notificação aos órgãos de segurança pública como meio de reprimir o tráfico de drogas no local, visando à proteção do adolescente em risco.

QUESTÃO 50

Tem sido recorrente a busca do poder judiciário para garantir direitos sociais, principalmente aqueles relacionados ao direito à saúde, e também outros bens e serviços garantidos em lei, mas não acessíveis efetivamente aos cidadãos. Esse processo é conhecido como judicialização dos direitos sociais, em que está em jogo

- (A) a dificuldade do poder executivo em garantir a estrutura de provisão de serviços sociais, tornando-se refém dos interesses dominantes.
- (B) o privilegiamento dos setores mais abastados e informados da sociedade no acesso a bens sociais por terem mais facilidade de acesso à Justiça.
- (C) a ampliação da esfera pública de representação de interesses no âmbito do Estado, ainda que de forma não condizente com o estado de direito.
- (D) os entraves postos pela contrarreforma do Estado que mantêm à margem do desenvolvimento as camadas médias da população.
- (E) a regulação da vida social por meio de mecanismos de negociação e pactuação por via judicial, o que eleva o gasto público.

QUESTÃO 51

A ênfase nos programas de transferência de renda tem sido a tônica da política social brasileira contemporânea, consumindo parte considerável dos recursos investidos na área social. Uma das críticas que se fazem a esses programas é que

- (A) se baseiam no critério renda familiar nuclear como mecanismo de inserção.
- (B) têm baixa capilaridade no território nacional, dada a sua baixa capacidade de extensão de cobertura.
- (C) incluem adultos e crianças como beneficiários e excluem os adolescentes.
- (D) são eleitoreiros e não preveem critérios para o desligamento das famílias que saem da condição de pobreza.
- (E) tem uma articulação frágil com as políticas sociais universais, dificultando a saída dos beneficiários da situação de pobreza.

QUESTÃO 52

O conceito de seguridade social definido nos marcos legais como princípio orientador da política social brasileira tem como eixo

- (A) a inclusão de todos os que contribuem com os fundos públicos.
- (B) a superação da perspectiva neoliberal ao incluir os trabalhadores formalizados.
- (C) o estabelecimento dos mínimos sociais como meta do investimento público.
- (D) a extensão da proteção social a todos os membros da sociedade.
- (E) a noção de seguro social centrado na relação benefício /contribuição.

QUESTÃO 53

Ao contrário do que estabelece a Constituição Federal de 1988, as políticas sociais brasileiras se têm guiado por um padrão

- (A) universal e abrangente.
- (B) seletivo e focalizado.
- (C) meritocrático e estatal.
- (D) democrático e compensatório.
- (E) regressivo e inclusivo.

QUESTÃO 54

O alcance da interdisciplinaridade pressupõe que, entre as diferentes áreas de saber, haja

- (A) superposição.
- (B) somatório.
- (C) integração.
- (D) totalidade.
- (E) superação de paradigmas.

QUESTÃO 55

Uma assistente social de um Juizado da Infância e Juventude é instada pelo juiz a refazer o parecer social elaborado por outra colega acerca do requerimento formulado por um rapaz solteiro interessado em habilitar-se para o Cadastro Nacional de Adoção. Em sua alegação, o juiz informa que o laudo anterior, elaborado pela colega, está eivado de preconceitos e desvios éticos, inadmissíveis em sua jurisdição. Acrescenta que, de posse da informação de que o requerente é homossexual e que vive com um companheiro, a assistente social indeferiu o pedido com base no argumento de que tal opção contraria as leis da natureza e de Deus, além de comprometer de forma incontornável o desenvolvimento psíquico e emocional de qualquer criança.

Em resposta, a assistente social assim se posiciona:

- (A) aceita a tarefa, na medida em que é incontestável a violação do Código de Ética Profissional por parte da colega, particularmente no tocante a dois princípios fundamentais: o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito” e o “exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar”.
- (B) recusa a tarefa por considerar que o parecer emitido pela colega está respaldado pela autonomia técnica e pelo livre exercício profissional, ambos direitos assegurados pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social.
- (C) recusa a tarefa porque o juiz tem plena autonomia para julgar, não estando, portanto, adstrito aos pareceres técnicos de sua equipe, os quais se prestam tão somente a subsidiar sua decisão.
- (D) admite a possibilidade de cumprir a tarefa, desde que seja notificada por escrito, condição necessária e suficiente para que esteja configurada a relação de subordinação hierárquica prevista no Código do Servidor Público.
- (E) recusa a tarefa porque sua aceitação implica a violação do Código de Ética Profissional do Assistente Social, que veda a intervenção na prestação de serviço de outro profissional, salvo a pedido deste; em caso de urgência, seguido da imediata comunicação ao mesmo.

QUESTÃO 56

Uma crítica presente no debate do Serviço Social é que a administração da pobreza passa a ser a orientação central das políticas sociais hoje e, em particular, da política de Assistência Social. Tal orientação se expressa em seus programas, projetos e benefícios, sustentados cada vez mais por uma visão setorial dessa política, que se preocupa em administrar e facilitar o acesso dos usuários à rede de serviços dentro de uma lógica restrita de proteção social que foca nas ações da própria política de Assistência Social. Esse fenômeno se denomina

- (A) doutrina da pobreza.
- (B) assistencialização da proteção social.
- (C) individualização das demandas sociais.
- (D) despolitização da assistência.
- (E) crise cíclica do capital.

QUESTÃO 57

Um trabalho multidisciplinar é aquele em que uma equipe de profissionais de diferentes áreas

- (A) discute permanentemente suas práticas em busca de soluções para problemas complexos.
- (B) mantém espaços de diálogo permanente que permitam a recomposição de trabalhos parcelares.
- (C) elabora projetos conjuntos de ação para enfrentamento de situações, ainda que atuem individualmente
- (D) reúne-se com periodicidade sistemática para discutir casos e processos institucionais.
- (E) estabelece uma ação coletiva no planejamento e na execução de suas intervenções.

QUESTÃO 58

A intersetorialidade integra o desenho de diferentes programas sociais atuais. Essa diretriz parte do pressuposto de que a complexidade da questão social hoje impõe o desenvolvimento de ações estatais mais integradas, que incluem necessariamente

- (A) diversos setores de políticas públicas.
- (B) redefinição de objetivos institucionais.
- (C) múltiplos atores políticos e gerenciais.
- (D) planejamento estratégico.
- (E) definição de metas factíveis.

QUESTÃO 59

A institucionalização dos mecanismos de controle social na gestão das políticas sociais tem como objetivo garantir

- (A) o empoderamento da administração pública e da sociedade diante dos cortes frequentes de recursos financeiros para a área social.
- (B) a voz e a interferência dos usuários nos rumos dos programas sociais desde a sua formulação.
- (C) a horizontalização das relações sociais por meio do funcionamento de entidades colegiadas compostas por usuários, profissionais e órgão de controle.
- (D) a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis governamentais.
- (E) o aprofundamento da democratização e da transparência da ação governamental, tendo em vista garantir a governabilidade.

QUESTÃO 60

No campo sociojurídico, o assistente social é requisitado para o desenvolvimento de numerosas ações junto a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em consonância com o debate atual da profissão, as intervenções visam

- (A) à resolução de conflitos interpessoais, ao ajuste de condutas familiares e à cidadania.
- (B) à defesa de direitos, ao acesso à cidadania e à desburocratização da informação.
- (C) à análise das causas sociais, à eliminação dos problemas e ao controle social.
- (D) à assessoria à equipe, à agilidade no atendimento e à seleção dos casos sociais.
- (E) à notificação das violações de direitos, à punição e à prevenção social.

QUESTÃO 61

Idoso de 67 anos procura o atendimento do serviço social para obter informações sobre o direito ao Benefício da Prestação Continuada (BPC). Informa que a renda de sua família é de um salário mínimo, recebido por sua esposa, que possui vínculo de trabalho formal. Relata que em sua residência moram ele, sua esposa e mais um filho adulto, atualmente desempregado. Diante da situação apresentada e considerando as regras que normatizam o BPC, o (a) assistente social informa que

- (A) o idoso tem direito ao benefício, pelo critério da menor elegibilidade, que constitui um direito previdenciário restrito aos grupos situados abaixo da linha da pobreza.
- (B) esse usuário faz jus ao benefício, mas sua manutenção está condicionada ao cumprimento de uma agenda de compromissos, entre eles a frequência regular do beneficiário ao serviço de saúde.
- (C) o benefício não será concedido porque o BPC funciona como um parâmetro de renda mínima voltado aos segmentos considerados pobres ou que se autodeclaram pobres.
- (D) esse usuário tem direito ao benefício, dadas a sua idade e a sua renda familiar, mas será encaminhado a programas de reinserção profissional e projetos de geração de renda disponíveis na localidade onde reside.
- (E) o idoso não tem direito ao benefício porque há critérios monetários para a concessão do BPC, e, nesse caso, a renda *per capita* familiar ultrapassa o valor máximo para a concessão.

QUESTÃO 62

No uso da mediação familiar como instrumental de trabalho, é imprescindível estabelecer as conexões com a questão social. Nesse sentido, considera-se que

- (A) os efeitos do neoliberalismo têm pouca repercussão junto às famílias atendidas pelo Serviço Social.
- (B) as noções de família desestruturada/ feminilização da pobreza devem fundamentar as ações de rompimento do vínculo familiar.
- (C) as categorias indivíduo/coletivo não podem ser articuladas na análise das experiências sociais concretas.
- (D) os fenômenos ligados ao transtorno de personalidade/uso de drogas são os principais responsáveis pelos conflitos familiares.
- (E) categorias território e família oferecem importantes articulações para o desvelamento da realidade social.

QUESTÃO 63

Os aspectos sociais de uma instrução processual requerem conhecimento específico de competência do profissional de serviço social. Esses estudos devem considerar a

- (A) natureza focalista e fragmentada das políticas sociais, com vistas a estabelecer critérios de elegibilidade de atendimento das famílias em consonância com tais limitações.
- (B) dinâmica das famílias e sujeitos entrevistados em suas interações sociais de modo a localizar os possíveis aspectos disfuncionais e sugerir medidas interventivas.
- (C) dinâmica da realidade social, política, econômica e cultural com vistas a fazer uso dos avanços da legislação brasileira em relação aos direitos humanos e sociais.
- (D) natureza contraditória da profissão e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, o que impede sua intervenção no âmbito das questões sociais.
- (E) dinâmica do mercado de trabalho e as condições de inserção dos sujeitos entrevistados na realidade social, com a finalidade de resolver os elementos de exclusão social.

QUESTÃO 64

No campo sociojurídico, quando indicado a realizar estudo social, o assistente social poderá prestar esclarecimentos sobre quesitos específicos, conforme solicitação de defensores das partes envolvidas na ação. Nesse caso, o profissional

- (A) responde aos quesitos que dizem respeito a prerrogativas, princípios e especificidades da profissão.
- (B) não responde aos quesitos solicitados, com a justificativa de que é atribuição do assistente social definir o conteúdo do estudo.
- (C) responde aos quesitos solicitados e acrescenta ao estudo informações que julgar também pertinentes.
- (D) não responde aos quesitos solicitados, direcionando o estudo ao profissional da equipe que deverá realizá-lo.
- (E) responde aos quesitos solicitados, considerando a natureza interdisciplinar do saber no campo sociojurídico.

QUESTÃO 65

O assistente social acompanha situação de criança denunciada por maus-tratos sofridos na família e decide pela realização de visita domiciliar. O contato estabelecido com a família deve orientar-se por

- (A) autoridade profissional, objetividade e busca de provas sobre as verdadeiras condições da criança no ambiente doméstico.
- (B) investigação minuciosa das condições de moradia, regras de convivência e histórico de violência intrafamiliar.
- (C) conduta íntima, levantando informações sobre situações de maus tratos ocorridas no passado na família.
- (D) regras éticas, bom senso e discernimento sobre a informação relevante para a proteção da criança.
- (E) caráter investigativo, registro minucioso e intervenção direta nas condutas dos sujeitos envolvidos na situação em estudo.

QUESTÃO 66

Junto às instituições relacionadas ao Poder Judiciário, é mais comum que o serviço social proporcione subsídios às decisões dos juízes, mediante estudos, perícias e pareceres sociais. O trabalho profissional no campo sociojurídico

- (A) envolve ainda orientação, articulações e encaminhamentos à rede social, organizações de direitos/ controle social.
- (B) requer do assistente social o exercício de prerrogativas punitivas em suas ações junto às equipes profissionais.
- (C) envolve ações de controle da população, de cunho meramente burocrático e executivo.
- (D) implica uma perspectiva conservadora para a intervenção profissional, posto que atrelada às decisões dos juízes.
- (E) recupera o sentido investigativo da intervenção, considerando o seu perfil exclusivamente acadêmico.

QUESTÃO 67

A partir dos trabalhos de Yamamoto, a profissão de Serviço Social passou a ser compreendida como

- (A) experiência compartilhada intersubjetivamente com os clientes e intervenção voltada para a transformação social.
- (B) realidade vivida/representada na consciência de seus agentes e atividade socialmente determinada.
- (C) mediação de conflitos institucionais e atividade reivindicada pelas classes trabalhadoras.
- (D) realidade constituída na correlação de forças institucionais e ação focalizada nas políticas sociais.
- (E) experiência formulada pela ação católica e desenvolvida na vertente da modernização conservadora.

QUESTÃO 68

O Serviço Social nos anos 1940 se reorganiza visando atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista, que exigiu a qualificação do seu espaço sócio-ocupacional. Nesse processo, articulam-se novos arranjos teórico-metodológicos inspirados na(o)

- (A) fenomenologia e marxismo.
- (B) estruturalismo e modernização.
- (C) funcionalismo e pós-modernismo.
- (D) psicologismo e desenvolvimentismo.
- (E) humanismo e positivismo.

QUESTÃO 69

No contexto de desenvolvimento do sistema capitalista é que se localizam os processos de surgimento, institucionalização e expansão do Serviço Social brasileiro. Na gênese profissional é importante examinar a relação entre a profissão e o ideário católico, cuja intervenção

- (A) focaliza os elementos intersubjetivos inerentes à relação de ajuda social e a elaboração de projetos de transformação social.
- (B) prioriza a formação da família/indivíduo na solução dos problemas e atendimento das necessidades morais e sociais.
- (C) reivindica a responsabilização do Estado na oferta de proteção social e a garantia dos direitos sociais das classes trabalhadoras.
- (D) enfatiza a modernização dos processos e técnicas utilizadas pelos assistentes sociais e a adequação ao aparato Estatal.
- (E) busca a conscientização das classes trabalhadoras acerca da sua posição na sociedade capitalista e sua organização política.

QUESTÃO 70

Compreende-se que a renovação do Serviço Social iniciada nos anos 1960 produziu um conjunto diversificado de propostas teórico-metodológicas para a profissão. Esse movimento foi possível graças

- (A) à realização do Congresso da Virada e sua repercussão para a profissão.
- (B) ao esforço do CBCISS e sua articulação com o Serviço Social internacional.
- (C) à laicização do Serviço Social e sua incursão no circuito acadêmico.
- (D) à regulamentação profissional e sua absorção nos aparatos institucionais do Estado.
- (E) ao recrutamento das primeiras damas e sua participação na formulação de políticas sociais.

QUESTÃO 71

Na concepção neoliberal, a sociedade e a família devem partilhar com o Estado a responsabilidade de oferecer proteção social aos sujeitos. Essa perspectiva é conhecida como

- (A) modelo de pluralismo de bem-estar social.
- (B) modelo de universalização das políticas públicas.
- (C) sistema de condicionalidades dos programas sociais.
- (D) sistema de reciprocidade social.
- (E) modelo de gestão coletiva e participativa.

QUESTÃO 72

O conteúdo socioeducativo do Serviço Social relaciona-se à participação da profissão no processo de reprodução das classes sociais no interior da divisão social do trabalho. Nessa perspectiva, as ações socioeducativas junto às famílias, aos indivíduos e aos grupos envolvem

- (A) grupalização dos problemas e apoio mútuo.
- (B) formulação de estratégias coletivas e ajuste de condutas.
- (C) articulação de ações socioassistenciais e socialização de informações.
- (D) mediação de conflitos e inserção laboral.
- (E) investigação diagnóstica e oferta de serviços.

QUESTÃO 73

No cenário brasileiro, pode-se dizer que a atenção à família se tem constituído de forma periférica pelo poder público. Nesse sentido, priorizar a família na agenda da política social implica

- (A) combinação de ações no âmbito das macropolíticas e das micropolíticas.
- (B) socialização de experiências de sucesso e adesão profissional ao tema da família.
- (C) aprofundamento de estudos e pesquisas que tomem a família como foco principal.
- (D) articulação das demandas da família brasileira por meio de órgão governamental específico.
- (E) mobilização da sociedade civil e atuação como força de pressão política.

QUESTÃO 74

As mudanças estruturais a partir dos anos 1990 acarretaram maior vulnerabilidade das famílias brasileiras, de modo que a atuação do assistente social deve

- (A) produzir um diagnóstico da situação dos indivíduos e analisar as relações intrafamiliares.
- (B) realizar uma escuta atenta dos sujeitos e privilegiar ações que repercutam no grupo familiar.
- (C) superar concepções estereotipadas e fortalecer ações destinadas ao suporte social das famílias.
- (D) avaliar as condições subjetivas da família de oferecer cuidados e notificá-las, quando for o caso.
- (E) estabelecer critérios para atendimento das famílias e destinar recursos socioassistenciais às mulheres.

QUESTÃO 75

Mulher grávida de sete meses, com dois filhos de sete e oito anos, solicita orientação sobre pensão alimentícia no Serviço Social da Defensoria Pública. Relata que a família passa por graves dificuldades financeiras, pois está desempregada. O pai do bebê, que não é genitor das duas crianças, mantém contato esporádico com a família e age agressivamente com eles. Durante o atendimento, observa-se que ambos são dependentes do crack. Dentre os procedimentos, com base no ECA, o (a) Assistente Social deverá

- (A) encaminhar as crianças para acolhimento institucional imediato e incluí-las no sistema escolar.
- (B) solicitar imediato acompanhamento de saúde dos pais e buscar mecanismos para a proteção das crianças.
- (C) refletir com a mãe sobre limite máximo de filhos e inseri-la em Programa de Planejamento Familiar para acesso à esterilização.
- (D) requerer destituição do poder familiar devido à situação de pobreza e inserir os pais no trabalho.
- (E) ingressar com ação para pensão alimentícia dos filhos e iniciar o pai por abandono do lar.

QUESTÃO 76

Acompanhando os pareceres técnicos de um assistente social e de um psicólogo da equipe multidisciplinar de uma Vara de Família, nos quais se concluiu que o pai e mãe de um menino de 7 anos, recém separados, reuniam plenas condições de assumir os deveres parentais para com o filho, o juiz decide estabelecer a Guarda Compartilhada. Inconformada, a mãe decide recorrer da sentença, alegando que a equipe técnica e o juiz da primeira instância ignoraram totalmente os fatos exaustivamente comprovados na ação, segundo os quais o ex-marido é incapaz de compartilhar com ela a educação e os cuidados básicos do filho, já que é pessoa não confiável, com sérios desvios morais e de caráter, irresponsável, traidor, e que, como mãe, tem o dever de proteger seu filho das más influências e de usar todos os recursos para impedir que o menino conviva num ambiente imoral, desregrado e nocivo, como é o que agora o ex-marido divide com a atual companheira.

O discurso e as intenções manifestas dessa mãe podem caracterizar a prática de

- (A) denúncia caluniosa.
- (B) alienação parental.
- (C) síndrome da alienação parental.
- (D) desejo de vingança.
- (E) calúnia e difamação.

QUESTÃO 77

Mulher com três filhos vem sofrendo agressões físicas e morais do marido e relata ameaças de morte. Não possui rede familiar, está desempregada, e a casa onde mora pertence ao agressor. Em atendimento na Defensoria Pública, declara que não tem condições de manter a convivência com o companheiro. Em consonância com a Lei Maria da Penha, as medidas a serem tomadas pelo assistente social incluem

- (A) registro de queixa na Delegacia Especializada de Mulheres, orientação de que a vítima entregue notificação ao agressor e organização de relatório social para subsidiar a decisão do juiz sobre o caso.
- (B) orientação de que abandone imediatamente o lar, já que a casa pertence ao agressor, encaminhamento a abrigo e inserção da vítima em programa de geração de renda no âmbito do CRAS.
- (C) notificação do agressor com apoio policial, restrição de visita paterna às filhas e requisição de comparecimento obrigatório do mesmo aos grupos de reflexão com agressores.
- (D) orientação sobre as condições de gênero que impedem os homens de agirem pacificamente no âmbito doméstico, acolhimento institucional das crianças e exigência de fornecimento de cestas básicas pelo agressor.
- (E) encaminhamento à assistência jurídica, inclusão nos programas socioassistenciais e orientação sobre rede de proteção à violação de direitos da mulher e da criança.

QUESTÃO 78

Idoso é principal responsável pelo neto que nasceu com doença congênita grave e necessita de muitos cuidados de saúde, como a utilização de medicamento especial de alto custo. A renda oriunda do BPC do avô não é suficiente para a compra de fraldas, alimentação balanceada da criança, transporte e, principalmente, do medicamento. Foi orientado a procurar a Defensoria Pública. Nesse caso, o(a) assistente social deverá

- (A) planejar uma campanha que arrecade o dinheiro necessário para a compra do medicamento.
- (B) avaliar novas estratégias de inserção do avô no mercado de trabalho, considerando o Estatuto do Idoso e o direito ao trabalho.
- (C) orientar o usuário a obter o medicamento pelas vias institucionais e, caso não tenha êxito, encaminhar à assistência jurídica para requerê-lo judicialmente.
- (D) realizar visita domiciliar para investigação das condições de vida do usuário e orientação sobre orçamento familiar.
- (E) requerer ao médico substituição do medicamento por um genérico e inserir o avô em programas socioassistenciais.

QUESTÃO 79

Atualmente a sistematização da prática é considerada um importante componente do trabalho profissional, na medida em que tem como significado pleno a

- (A) geração de dados e informações sobre a produção do serviço realizado.
- (B) atenção à queixa do usuário e o registro em documentação institucional, na perspectiva multiprofissional.
- (C) produção, organização e análise dos dados a partir de uma perspectiva crítico-investigativa.
- (D) elaboração de pesquisas em serviço visando ao aumento da competência acadêmica no contexto institucional.
- (E) organização de instrumentos eficazes de coleta de dados que possibilitem validar as conclusões.

QUESTÃO 80

A experiência de trabalho apresenta uma diversidade de situações que constituem rica matéria para a sistematização da prática do Serviço Social. No debate profissional contemporâneo, a sistematização deve

- (A) identificar as causas sociais, bem como subsidiar a melhor atitude a tomar diante do problema.
- (B) oferecer evidências científicas da situação, além de fundamentar a intervenção profissional.
- (C) formular problemas investigativos futuros, como também sensibilizar as equipes para a produção científica.
- (D) recuperar a importância da escuta profissional, bem como a definição de estratégias de ação pelo usuário.
- (E) apreender a dinâmica social a partir de uma inserção real e efetiva, além de construir alternativas profissionais.

Realização

 **FGV PROJETOS**